

**Autor:** Thiago Francisco Rodrigues

Assessor Técnico

**Promotor:** Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA.**Assunto:** Intervenção da CNA para renovação dos direitos antidumping atribuídos às importações de leite em pó originárias da Nova Zelândia e União Europeia.**Sumário:**

Em 2001 a CNA conseguiu comprovar a prática de dumping nas importações de leite em pó oriundas da Nova Zelândia e União Europeia, as quais foram taxadas em 3,9% e 14,8%, respectivamente. Tais direitos possuíam validade de cinco anos e atualmente tentava-se a terceira renovação. Com a publicação da Circular SECEX nº 05, de 05 de fevereiro de 2019, o Ministério da Economia encerrou o processo de revisão da medida concluindo que não houve comprovação da probabilidade de retomada de dumping e do dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. A presente nota visa relatar o problema e como CNA atuará para defender o produtor rural de práticas desleais de comércio.

**Palavras chave:** antidumping, tarifas antidumping, setor lácteo, defesa comercial.**Nota:****1- Contextualização**

Com a publicação da Circular nº 05 da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) de 05 de fevereiro de 2019, o Ministério da Economia encerrou o processo de revisão dos direitos antidumping aplicados às importações de leite em pó, integral e desnatado, oriundas da União Europeia e Nova Zelândia. Segundo a SECEX, não houve comprovação da probabilidade de retomada de dumping e do dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Essa conclusão arbitrária deixou de considerar pontos importantes, expostos pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Por exemplo, na metodologia utilizada são realizadas duas análises, a primeira



compara-se as cotações dos preços do leite em pó comercializados no Brasil com os dos países investigados acrescidos das despesas de internalização ao mercado brasileiro. Já a segunda, compara-se o preço do leite fluído no mercado interno com as cotações do leite em pó na Nova Zelândia e União Europeia, também com as despesas de internalização. Pela primeira análise, o risco de dumping não foi comprovado, porém na segunda, foi verificado que para esses países conseguirem competir com o Brasil teriam que fazer uso da prática de dumping, ou seja, há o risco da retomada da prática desleal de comércio.

Provenientes de um processo que se iniciou em 1999, as tarifas de 3,9% e 14,8% para as importações de leite em pó oriundas da Nova Zelândia e União Europeia, respectivamente, foram instituídas graças à intervenção da CNA que conseguiu comprovar em 2001 a prática de dumping por esses exportadores. Com a referida circular a imposição dessas tarifas deixam de ser aplicadas a partir de agora.

Vale ressaltar que tais taxas eram somadas à Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC), cuja alíquota de 28% é aplicada a 11 produtos lácteos, em sua maioria leite em pó, importados de países de fora do Bloco Mercosul. Essas medidas configuravam ao setor lácteo brasileiro importante mecanismo de defesa comercial. Sob uma taxação de 28%, valor referente a TEC, mais os valores proporcionados pela tarifa antidumping, existiam consolidados para o setor a tarifação de 42,8% para o leite em pó a ser importado da União Europeia e 31,9% para o produto da Nova Zelândia. Com a publicação da circular parte desse arcabouço de defesa foi desarticulado.

Desde de sua criação os direitos antidumping foram instituídos com prazo de vigência de cinco anos, sendo que todos os três processos de renovação foram capitaneados e conduzidos de forma austera por esta Confederação. Especificamente o atual, teve início com a publicação da Circular SECEX nº 31, em maio de 2017, apresentando caráter diferente dos últimos processos. A abordagem passou a ser muito mais complexa para os produtos do Agro, fato que acabou por direcionar a condução do trabalho a um escritório de advocacia especializado, contratado para auxiliar na elaboração e apresentação de todos os documentos.

Todo o trabalho respeitou rigorosamente os prazos e os cronogramas estabelecidos pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) através da SECEX. Em um primeiro momento com a apresentação da petição, em outubro de 2017, solicitando a abertura da revisão de final de período dos direitos antidumping e logo depois, outubro de 2018, realizando a manifestação final, tendo em vista, contrapor a opinião externada da Nota Técnica (NT) DECOM nº16/2018 pelo Departamento de Defesa Comercial (DECOM/SECEX/MDIC).

O referido documento sinalizou que o fim da medida antidumping não levaria à continuação ou retomada do dano da prática de dumping. Esse



posicionamento foi embasado a partir de uma alteração na metodologia de cálculo no meio do processo, avaliando a probabilidade de retomada da prática de dumping através da comparação entre o valor do leite em pó importado colocado no Brasil, com os preços mensais pagos à indústria do leite em pó brasileira.

Essa análise distanciou-se da metodologia utilizada na abertura da revisão, que comparou o valor normal internado do produto investigado, com os preços pagos aos produtores de leite in natura. Neste cenário comparativo, a CNA demonstrou que haveria sim, o risco da retomada de prática de dumping e essa simples sinalização já seria suficiente para que o DECOM revesse a estratégia de análise. Ao não observar essa metodologia de cálculo, o Departamento acabou por não considerar, que na verdade, o produto que irá sofrer com o impacto do aumento da importação de leite em pó seria o leite in natura e não o similar produzido pela indústria brasileira.

Diante isso, coube a CNA argumentar no documento de manifestação final, quais os danos o setor lácteo nacional poderia sofrer frente ao mercado lácteo europeu. Nesse sentido destacou-se:

- Alta capacidade exportadora da União Europeia. No período analisado representava 25% do mercado internacional e exportava 41% da sua produção anual;
- Alta formação de estoques públicos de leite em pó desnatado e adoção da prática de subsídio. Dados da OCDE informam que em média, 16% da renda recebida pelos produtores da União Europeia vieram de políticas de apoio doméstico, entre 2014 a 2016.
- Encerramento do sistema de quotas de produção de leite, o que pode aumentar ainda mais o volume produzido pelo Bloco;
- Identificação de seis países que importaram leite da União Europeia a preços abaixo dos praticados no mercado europeu durante o período da revisão.

Para o último fato, (identificação de países onde a União Europeia já pratica preços abaixo dos de mercado) o DECOM não considerou como ameaça, visto que três deles faziam parte do Bloco Europeu. Não obstante, tais países absorvem 26% do total de leite em pó integral comercializado pela União Europeia.

Esgotado o período para as manifestações técnicas, em 11 de outubro de 2018, iniciaram-se os movimentos de articulação política no sentido de sensibilizar parlamentares e outros Ministérios para o risco que o setor corria. O prazo para o parecer final do DECOM estava previamente agendado para ser publicado no dia 31 de outubro de 2018.

De maneira resumida, seguem os principais fatos referentes ao processo de renovação dos direitos antidumping:

DATA	AÇÃO
<b>Maio de 2017</b>	Publicação da Circular SECEX nº 31/2017 dando início ao processo de revisão.
<b>Maio de 2017</b>	Início do levantamento das informações técnicas para o processo;
<b>Maio de 2017</b>	Primeira reunião com o DECOM/MDIC;
<b>Junho de 2017</b>	Validação de dados e início de montagem do processo de renovação dos direitos antidumping
<b>Agosto de 2017</b>	Contratação do escritório de advocacia para auxiliar na elaboração da argumentação técnica;
<b>Setembro de 2017</b>	Primeira versão do documento finalizada;
<b>Setembro de 2017</b>	Reunião com o DECOM/MDIC para discussão de pontos chave do processo antes do envio final;
<b>Outubro de 2017</b>	Envio da Petição Inicial de Revisão dos Direitos Antidumping;
<b>Novembro de 2017</b>	Solicitação pelo DECOM/MDIC de informações complementares;
<b>Novembro de 2017</b>	Mobilização de parceiros científicos para levantamento de dados complementares
<b>Janeiro de 2018</b>	Envio do documento com as informações complementares ao processo;
<b>Fevereiro de 2018</b>	Caso a CNA não tivesse entrado com o processo os direitos antidumping se extinguiriam em <b>06/02/2018</b> .
<b>Setembro de 2018</b>	Publicação da Nota Técnica nº 16/2018 pelo DECOM/MIDIC;
<b>Setembro de 2018</b>	Contração de novo escritório de advocacia para auxiliar na elaboração do documento com a manifestação final ao processo;
<b>Setembro de 2018</b>	Reuniões junto aos técnicos e diretores do DECOM propondo novos termos ao processo, no intuito de reverter uma possível decisão desfavorável;
<b>Outubro de 2018</b>	Envio do documento com a manifestação final contrapondo à argumentação da NT do DECOM/MDIC;
<b>Outubro de 2018</b>	Mobilização da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI/MAPA;
<b>Outubro de 2018</b>	Mobilização da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD/Casa Civil);
<b>Outubro de 2018</b>	Sensibilização do então ministro Blairo Maggi a interceder a favor da renovação;
<b>Outubro de 2018</b>	Reunião com o Secretário Executivo da Casa Civil solicitando apoio ao processo;
<b>Outubro de 2018</b>	Apresentação junto a Frente Parlamentar da Agropecuária, mobilizando deputados e alertando para os riscos de não renovação dos direitos;
<b>Outubro de 2018</b>	Sensibilização da futura ministra Tereza Cristina da importância do tema e da necessidade da renovação dos direitos antidumping;
<b>Outubro de 2018</b>	Mobilização individual de vários parlamentares, informando-os dos fatos e pedindo apoio em prol da renovação dos direitos;
<b>Outubro de 2018</b>	Adiamento do prazo de publicação do Parecer Final do processo, a princípio marcado para 31/10/2018, como resultado da pressão exercida pelos envolvidos.
<b>Novembro de 2018</b>	Apresentação do tema na Câmara Setorial de Leite e

	Derivados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), conseguindo o apoio dos membros em defender a renovação;
<b>Novembro de 2018</b>	Reuniões junto aos técnicos e diretores do DECOM propondo novos termos ao processo, no intuito de reverter uma possível decisão desfavorável;
<b>Novembro de 2018</b>	Oficialização da prorrogação dos prazos para conclusão da investigação de prática de dumping;
<b>Dezembro 2018 e Janeiro de 2019</b>	Utilização dos meios de comunicação para apresentar o tema, as ações trabalhadas pela CNA e alertar o setor para o processo;
<b>Janeiro de 2019</b>	Tentativas de interlocução junto ao DECOM/MDIC para explorar novas alternativas de argumentação;
<b>Janeiro de 2019</b>	Mobilização de parlamentares em busca de apoio político ao tema;
<b>Janeiro de 2019</b>	Inclusão do tema como um dos assuntos prioritários do setor na primeira reunião da Ministra Tereza Cristina com membros da cadeia produtiva do leite;
<b>Janeiro de 2019</b>	Reunião com a SRI/MAPA solicitando intervenção no processo;
<b>Fevereiro de 2019</b>	Reunião com o DECOM/MDIC para explanação final para aprovação da renovação dos direitos;
<b>Fevereiro de 2019</b>	Publicação da Circular SECEX nº 05, dia 06/02/2019 finalizando o processo de revisão.

#### **4. Conclusão**

Mesmo havendo argumentação técnica da CNA que comprovasse o risco da retomada da prática de dumping, não houve sensibilidade por parte da área econômica do DECOM/SECEX em manter os diretos antidumping. Ainda que o resultado final não fosse alterado, ações alternativas poderiam ser incorporadas.

Diante do novo contexto, a CNA não medirá esforços para buscar novas salvaguardas que defendam o setor lácteo brasileiro de práticas desleais de comércio. Em que pese o atual valor da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) de 28%, o limite consolidado pelo Brasil na OMC pode chegar a 31,5% para o leite em pó integral e até 55% para o desnatado. Para isso acontecer, o Brasil pode colocar o leite em pó na lista de exceção à TEC, decisão que cabe única e exclusivamente à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), fórum que ainda não foi informado como funcionará no novo governo.

Por fim, no campo jurídico, estamos discutindo com escritórios especializados em defesa comercial, qual medida judicial é cabida nessa situação. Como o tema é muito específico, ações da justiça comum tem pouco impacto.